



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS

2023

março • 2024



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2023

Apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da [Constituição Federal](#). Elaborado em acordo com as disposições da [Instrução Normativa TCU 84/2020](#), bem como em conformidade com as Decisões Normativas TCU [nº 187/2020](#) e [nº 188/2020](#).

março • 2024

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 5 - Bloco A
Brasília - DF / CEP: 70297-400
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Secretária-Executiva

CLAUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

ÉRIKA LEMÂNCIA SANTOS LÔBO

Diretora de Gestão Corporativa

GIOVANNI CÂNDIDO DEMATTE

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

Contador Responsável
CRC nº GO-016070/O

EQUIPE TÉCNICA:

*Adhelbar Albuquerque Queiroz Neto
Anderson Nunes Vieira
Carla Lyra Nascimento Rezende
Carlos Alexandre Vieira de Vasconcelos
Fernanda Cristina de Oliveira
Fernando Sávio de Sousa
Maria Helena Kerber*

Obra atualizada até março de 2024

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU
Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.
Copyright © 2024 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	5
LISTA DE SIGLAS	7
APRESENTAÇÃO	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	9
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	10
Nota 1 • Caixa e Equivalente de Caixa	10
Nota 2 • Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11
Nota 3 • Créditos a Longo Prazo	12
Nota 4 • Imobilizado	13
Nota 5 • Intangível	16
Nota 6 • Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)	16
Nota 7 • Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	17
Nota 8 • Resultados Acumulados	18
Nota 9 • Atos Potenciais Ativos e Passivos	19
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)	20
ANEXO 1 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	21
ANEXO 2 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	21
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	22
Nota 10 • Dotação e Execução Orçamentária da Despesa (Corrente e de Capital)	22
Nota 11 • Execução de Restos a Pagar (Processados e Não Processados)	24
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	25
NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	28
Nota 12 • VPA – Transferências e Delegações Recebidas	28
Nota 13 • VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	28
Nota 14 • VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29
Nota 15 • VPD – Pessoal e Encargos (ativos e inativos)	29
Nota 16 • VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	30
BALANÇO FINANCEIRO	31
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)	33
Notas 17 e 18 • Restos a Pagar (inscritos e pagos)	33
Nota 19 • Saldo para o Exercício Seguinte	33
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	33
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC).....	35
Nota 20 • Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	35
NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	36

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração é referente às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 da Controladoria-Geral da União (CGU).

A declaração do contador reflete a conformidade contábil das demonstrações, encerradas em 31 de dezembro de 2023, e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As Demonstrações Contábeis da CGU são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos e o resultado do exercício;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro – visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração do Fluxo de Caixa – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

No exercício de 2023, a CGU manteve os avanços com relação às diretrizes do MCASP, Manual SIAFI e aos objetivos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), aprovado pela Portaria STN nº 548/2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais, realizando as seguintes ações:

- Consolidação do processo de inventário anual de todas as Unidades da CGU, com base em um relatório modelo de inventário, o que tem facilitado a análise, os ajustes e a transparência da situação dos bens móveis e imóveis em uso nos órgãos do Ministério;
- Promoção de rodadas de reuniões com representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e representantes de todas as Unidades Regionais da CGU, buscando esclarecimentos quanto aos cadastros e ajustes de bens imóveis no SpuNet e de bens móveis no SIADS, o que proporcionou avanços no processo de regularizações de inconsistências contábeis.

Ressalvas

Em que pese os avanços referentes ao controle patrimonial, algumas restrições contábeis foram verificadas no encerramento do exercício de 2023, estando registradas no SIAFI (Órgão 37000), em processos do Sistema Único de Processo Eletrônico (SUPER.GOV.BR) para o acompanhamento e em Relatório de Inconsistências Contábeis, a ser enviado à STN para Prestação de Contas, são elas:

1) Restrição 773 - TED a Comprovar e Restrição 775 – TED a Repassar com data expirada, no total de 6.

Situação até a publicação dos demonstrativos: Os TEDs com data de vigência expirada estão em processo de análise da prestação de contas pela área responsável.

2) Restrição 674 – Saldo Alongado Indevido em Contas Transitórias de Passivo Circulante (2 ocorrências).

Situação até a publicação dos demonstrativos: Ocorrências regularizadas.

3) Restrição 640 – Saldo Contábil Bens Móveis não confere c/RMB (12 ocorrências).

Situação até a publicação dos demonstrativos: Em processo de regularização, sendo orientado às Unidades Gestoras, conforme o caso, a abertura de chamados junto ao Portal de Serviços do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Todas as ações estão sendo acompanhadas via processos no SUPER.GOV.BR.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2023, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Controladoria-Geral da União, exceto quanto às ressalvas mencionadas.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2024

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

CRC nº GO-016070/O

Contador Responsável

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CP	Curto Prazo
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGC	Diretoria de Gestão Corporativa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Soci
TED	Termo de Execução Descentralizada
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela defesa do patrimônio público e pelo incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção. A CGU também exerce, como órgão central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno, o Sistema de Correição, o Sistema de Ouvidoria e o Sistema de Integridade Pública, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, prestando orientação normativa necessária, conforme Decreto nº 11.330/2023.

A Diretoria de Gestão Corporativa (DGC), é o órgão setorial de contabilidade da CGU, conforme as regras previstas pelo §1º, art. 17 da Lei nº 10.180/2001 e regulamentado pelo §1º do art. 6º do Decreto nº 6.976/2009. As competências estabelecidas nos mencionados normativos, são realizadas no âmbito da CGU pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGCOF), por meio da Coordenação Setorial de Contabilidade e Custos (SECON), que é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis da CGU, as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Tais demonstrativos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, com data-base de 31/12/2023.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2021, 9ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta CGU não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Ante orientação da STN, as análises foram realizadas comparando-se os dados dos demonstrativos referentes ao 4º trimestre de 2023 com os dados dos demonstrativos do exercício anterior (2022).

Destaca-se que a CGU tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras que compõem a CGU são responsáveis por administrar e executar todos os atos e fatos administrativos que geram informações contábeis no SIAFI consolidadas nos Demonstrativos Contábeis.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis da CGU, relativas ao 4º trimestre de 2023, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas (NE).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) da CGU evidencia os Ativos, os Passivos, o Patrimônio Líquido e sua evolução no 4º trimestre de 2023, em relação a 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL • QUADRO PRINCIPAL

ATIVO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		778.742.052	1.518.856.856
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	84.115.148	77.335.420
Créditos a Curto Prazo		694.579.384	1.441.478.628
Demais Créditos e Valores	2	694.579.384	1.441.478.628
Estoques		47.520	42.809
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.019.709.712	8.007.552.364
Ativo Realizável a Longo Prazo		7.813.289.712	7.813.289.712
Créditos a Longo Prazo	3	7.813.289.712	7.813.289.712
Demais Créditos e Valores		7.813.289.712	7.813.289.712
Imobilizado	4	178.993.783	169.080.150
Bens Móveis		50.809.892	47.658.986
Bens Móveis		101.213.587	95.341.575
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-50.403.696	-47.682.589
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		128.183.892	121.421.165
Bens Imóveis		128.369.333	121.512.917
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-185.442	-91.752
Intangível	5	27.426.216	25.182.502
Softwares		27.426.216	25.182.502
Softwares		28.123.934	25.880.220
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-697.717	-697.717
TOTAL DO ATIVO		8.798.451.764	9.526.409.221

PASSIVO		NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE			116.332.158	150.284.678
	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6	81.319.391	127.152.991
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7	383.629	197.076
	Demais Obrigações a Curto Prazo		34.629.138	22.934.611
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			116.332.158	150.284.678
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2023	2022
Ajustes de Avaliação Patrimonial			73.479	73.479
Demais Reservas			2.028.174	
	Resultados Acumulados	8	8.680.017.953	9.376.051.064
	Resultado do Exercício		-746.043.421	1.314.421.413
	Resultados de Exercícios Anteriores		9.376.051.064	8.061.711.257
	Ajustes de Exercícios Anteriores		50.010.310	-81.605
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			8.682.119.606	9.376.124.543

Fonte: SIAFI

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

				R\$		
ATIVO	2023	2022	NE	PASSIVO	2023	2022
Atos Potenciais Ativos	35.787.240	36.243.084		Atos Potenciais Passivos	312.294.913	200.971.934
Garantias e Contragarantias Recebidas	29.999.350	28.945.407		Garantias e Contragarantias Concedidas		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	5.549.882	7.059.669		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5.058.122	6.112.439
Direitos Contratuais	238.008	238.008		Obrigações Contratuais	307.236.791	194.859.495
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-		Outros Atos Potenciais Passivos		
TOTAL	35.787.240	36.243.084	9	TOTAL	312.294.913	200.971.934

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 • Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e Equivalência de Caixa é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras da CGU, estabelecidos pelo Decreto de programação orçamentária e financeira do exercício de 2023, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979.

TABELA 1 • SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA POR UG

SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA POR UG				
UG EXECUTORA		DEZ/23	DEZ/22	AH
370001	DIRETORIA DE GESTAO CORPORATIVA(CGU)	1.606.245	1.629.315	-1,42%
370002	COORDENCAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	82.133.252	75.262.038	9,13%
370003	COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO	368.454	440.423	-16,34%
370004	COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE	7.197	3.643	97,56%
TOTAL		84.115.148	77.335.420	8,77%

Fonte: SIAFI

Da tabela acima, observa-se que o maior volume de recursos está concentrado na UG 370002, responsável pelo pagamento de Pessoal. O saldo expressivo se deve à liberação dos recursos da folha, sempre no último dia do mês, ou seja, no dia útil anterior à data de pagamento. Nesta oportunidade é gerada a Ordem de Pagamento que contabiliza os recursos financeiros na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagto – Ordem Pagto – OFSS, até a assinatura dos gestores com a geração da Ordem Bancária no dia útil seguinte.

Nota 2 • Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A rubrica “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo (com expectativa de recebimento até o encerramento do exercício).

TABELA 2 • DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

R\$

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO				
	DEZ/23	DEZ/22	AV	AH
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	11.972.401	12.237.422	1,72%	-2,17%
ADIANTAMENTO DE FERIAS	0	9.123	0,00%	-100,00%
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	869.109	754.923	0,13%	15,13%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	0	6.322	0,00%	-100,00%
CRÉDITOS A RECEBER POR DANO AO PATRIMONIO	305.475.247	496.218.210	43,98%	-38,44%
VALORES A RECEBER POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	0	36.789	0,00%	-100,00%
CRED A RECEBER DECORRENTE DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS	369.416.659	918.522.582	53,19%	-59,78%
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	556.344	506.285	0,08%	9,89%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	4.750.860	12.751.001	0,68%	-62,74%
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	760.112	204.108	0,11%	272,41%
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	778.654	231.862	0,11%	235,83%
TOTAL	694.579.384	1.441.478.628	100%	-51,81%

Fonte: SIAFI

Conforme tabela anterior, observa-se que os montantes mais expressivos dentre os demais créditos e valores a curto prazo estão concentrados nas rubricas “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio” e “Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais”.

Essas rubricas se referem ao reconhecimento contábil do montante a receber de acordos de leniência firmados pela CGU. Em 2023, houve um decréscimo nessas rubricas de 38,44% e 59,78%, respectivamente, em relação ao exercício de 2022.

A Lei nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção), dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, definindo no seu art. 16, § 10, que a CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal. Por meio da [Portaria Interministerial Conjunta nº 4, de 9 de Agosto de 2019](#), publicada pela Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União, foram definidos os procedimentos para a celebração dos acordos de que tratam a Lei nº 12.846, de 01/08/2013. Conforme previsto nessa Lei, a CGU detém competência exclusiva, no Poder Executivo Federal, para celebrar acordos de leniência com empresas investigadas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública.

De forma a atender recomendação do Tribunal de Contas da União - Acórdão nº 4.055/2020, a CGU passou a registrar a previsão da receita relativa aos acordos de leniência celebrados, bem como os créditos a receber (curto e longo prazos).

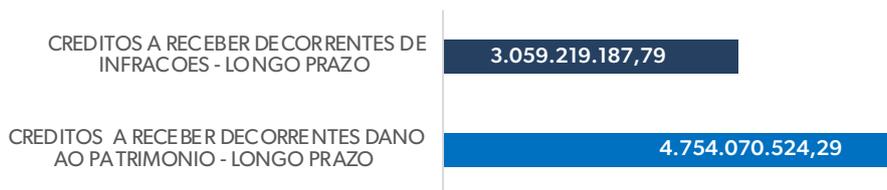
Cabe destacar que os registros de previsão da receita e créditos a receber, relativos aos créditos de restituições e multas dos acordos de leniência, são efetuados pela CGU. Porém, a contabilização do ingresso financeiro ocorre diretamente na STN.

Nota 3 • Créditos a Longo Prazo

O montante de “Créditos a Longo Prazo”, na ordem de R\$ 7.813.289.712,08, refere-se ao reconhecimento contábil dos valores a receber a longo prazo em virtude dos acordos de leniência, com a seguinte discriminação:

GRÁFICO 1 • CRÉDITOS A LONGO PRAZO (LEI Nº 12.846, DE 01/08/2013)

Dezembro 2023



A rubrica “Créditos a Receber Decorrentes Dano ao Patrimônio” representa os valores a serem ressarcidos aos cofres públicos e a rubrica “Créditos a Receber Decorrentes de Infração” decorre de infrações legais e contratuais, no âmbito dos acordos de leniência.

Nota 4 • Imobilizado

O Imobilizado da CGU é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da CGU estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:

TABELA 3 • BENS MÓVEIS

R\$

BENS MÓVEIS (SALDO CONTÁBIL)				
BENS MÓVEIS	DEZ/23	DEZ/22	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.109.472	9.057.269	1%	9%
Bens de Informática	50.368.390	48.430.205	4%	50%
Móveis e Utensílios	16.730.474	17.828.592	-6%	17%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.420.352	1.726.083	98%	3%
Veículos	12.331.197	9.425.825	31%	12%
Bens Móveis em Almoarifado	4.646	4.646	0%	0%
Demais Bens Móveis	9.249.057	8.868.954	4%	9%
VALOR BRUTO CONTÁBIL DOS BENS	101.213.587	95.341.575	6%	100%
Depreciação Acumulada	-50.403.696	-47.682.589	6%	-50%
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	50.809.892	47.658.986	20%	50%

Fonte: SIAFI

O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens, ao final do 4º trimestre de 2023, no montante de R\$ 50.809.892, ou seja, do valor bruto de R\$ 101.213.587, o órgão apresenta uma depreciação de 50% de seu Imobilizado registrado na rubrica de “Bens Móveis”.

Os itens que tiveram uma variação mais expressiva foram: Material Cultural, Educacional e de Comunicação e Veículos, com um acréscimo em 98% e 31%. O primeiro se refere à aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto, especialmente para a modernização do auditório da Unidade Central da CGU, e o segundo é decorrente de aquisição de veículos de fiscalização adquiridos para as unidades regionais.

TABELA 4 • MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO

R\$

MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO (SALDO CONTÁBIL)				
BENS MÓVEIS	DEZ/23	DEZ/22	AH	AV
Coleções e Materiais Bibliográficos	64.708	67.357	-4%	2%
Instrumentos Musicais e Artísticos	850	850	0%	0%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	3.328.563	1.631.646	104%	97%
Obras de Arte e Peças para Exposição	26.230	26.230	0%	0%
TOTAL	3.420.352	1.726.083	98%	100%

Fonte: SIAFI

A maior variação se trata da conta de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, que, em relação ao exercício de 2022, teve uma variação de 104% devido ao fornecimento de equipamentos e materiais para solução de modernização do auditório, bem como aquisição de TVs e Suportes de TVs para as instalações da Sede e das unidades regionais.

TABELA 5 • VEÍCULOS

R\$

VEÍCULOS (SALDO CONTÁBIL)				
Bens Móveis	dez/23	dez/22	AH	AV
Veículos em Geral	4.372	4.372	0%	0%
Veículos de Tração Mecânica	12.003.364	9.097.992	32%	97%
Aeronaves	323.461	323.461	0%	3%
TOTAL	12.331.197	9.425.825	31%	100%

Fonte: SIAFI

A maior variação ocorreu na conta de Veículos de Tração Mecânica, que apresentou um incremento de 32% em comparação com o exercício de 2022, devido à aquisição de veículos de fiscalização para atender às unidades regionais.

TABELA 6 • DEPRECIACÃO ACUMULADA (DETALHAMENTO)

Quanto à depreciação acumulada dos bens no 4º trimestre de 2023, tem-se a seguinte representação gráfica dos bens depreciados em mais de 50%:

DEPRECIACÃO ACUMULADA (DETALHAMENTO)				
CONTA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	PERC. DE DEPRECIACÃO
Máquinas e utensílios de escritório	53.147	-74.085	-20.939	-139%
Equipam/utensílios médicos, odonto,lab e hosp	20.561	-20.246	315	-98%
Pecas não incorporáveis a imóveis	1.059.147	-1.035.302	23.844	-98%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	374.787	-355.905	18.882	-95%
Coleções e Materiais Bibliográficos	64.708	-55.013	9.695	-85%
Instrumentos musicais e artísticos	850	-652	198	-77%
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC	50.368.390	-33.555.407	16.812.983	-67%
Aparelhos e utensílios domésticos	1.710.615	-1.008.604	702.011	-59%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	4.062.518	-2.388.017	1.674.501	-59%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	22.751	-12.220	10.531	-54%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5.748	-3.050	2.698	-53%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	684.766	-362.113	322.653	-53%

Fonte: SIAFI

Conforme a tabela anterior, verifica-se que a conta “*Máquinas e utensílios de escritório*” apresentou saldo contábil líquido negativo. A STN, por meio do Comunica 2023/3017151, alertou sobre o problema e orientou as UG’s quanto à regularização dos saldos. A Setorial de Contabilidade da CGU – SECON também ratificou o Comunica junto às Unidades, porém os saldos ficaram pendentes de regularização. Cabe ressaltar que o SIADS vem apresentando problemas na execução automática de alguns ajustes contábeis, com necessidade de registros de chamados junto ao SERPRO.

No 4º trimestre de 2023, houve divergências em contas de depreciação de todas as regionais da CGU, as quais foram devidamente informadas por e-mail pela Setorial de Contabilidade. As diferenças foram geradas por um impedimento no Sistema SIADS nas transações DEPRECIAR e DEPRECIANT. A diferença ainda está em regularização nas unidades regionais da CGU nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

Durante o exercício, foram feitas várias reuniões com as UG’s e a equipe do SIADS com a finalidade de sanar as ocorrências. Por conseguinte, mesmo que tenham sido restrições do próprio sistema, elas estão sendo objeto de apontamento na conformidade contábil das UG’s e do Órgão.

Bens Imóveis

Na tabela seguinte é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, referentes ao 4º trimestre de 2023 e ao exercício encerrado de 2022:

TABELA 7 • BENS IMÓVEIS

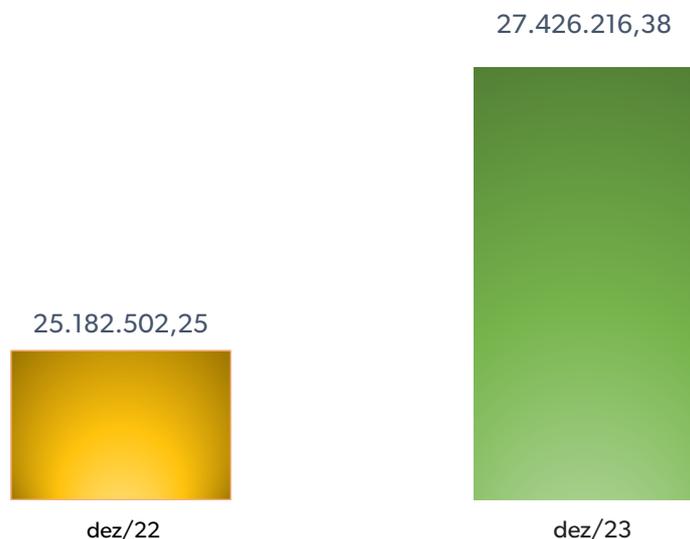
R\$				
BENS IMÓVEIS				
	DEZ/23	DEZ/22	AH	AV
Bens de Uso Especial	125.722.450	118.779.033	5,85%	97,94%
Bens Imóveis em Andamento	0	87.001	-100,00%	0,00%
Instalações	2.646.883	2.646.883	0,00%	2,06%
VALOR BRUTO CONTÁBIL	128.369.333	121.512.917	5,64%	100,00%
Depreciação	(185.442)	(91.752)	102,11%	0,14%
SALDO CONTÁBIL LÍQUIDO	128.183.892	121.421.165	5,57%	99,86%

Fonte: SIAFI

Os “*Bens Imóveis de Uso Especial*” estão registrados no sistema SPIUNET e se referem aos imóveis do Órgão, localizados em Brasília e em suas unidades regionais em todos os estados. A variação de 5,85% ocorreu sobretudo pela transferência de imóveis de uso especial no Spiunet do Banco Central do Brasil – BACEN para a unidade da CGU no Pará (transferência de uso do imóvel).

O saldo contábil líquido demonstra o valor atualizado dos imóveis em dezembro de 2023, no montante de R\$ 128.183.892, após a depreciação pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência no percentual de 0,14%, que equivale ao valor de R\$ 185.442.

GRÁFICO 2 • BENS INTANGÍVEIS



Fonte: SIAFI

Comparando-se o 4º trimestre de 2023 com o final do exercício de 2022, depreende-se que houve acréscimo de 9,45% na rubrica “Software”, devido, principalmente, às contratações para o desenvolvimento de software na Unidade Sede da CGU.

Nota 6 • Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)

A tabela seguinte demonstra a composição da rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”.

TABELA 8 • OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA A PAGAR – CP

R\$

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR (CURTO PRAZO)			
	DEZ/23	DEZ/22	AH
Salários, remunerações e benefícios	69.632.950	64.046.075	9%
Decimo terceiro salário a pagar	0	2.039.337	-100%
Ferias a pagar	9.773.180	59.208.433	-83%
Benefícios previdenciários	400.748	383.201	5%
Contribuição a entidades de previd.complement	1.493.190	1.462.278	2%
Inss-contrib.s/salários e remunerações -intra	19.323	13.668	41%
TOTAL	81.319.391	127.152.991	-36%

Fonte: SIAFI

As rubricas que compõem o grupo de contas “Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar – CP” tiveram uma redução de 36%, principalmente em decorrência de apropriações referentes a “Férias a Pagar”, relativos à correção para reversão da VPD de remuneração com apropriação de Adiantamento de Férias, por solicitação da Setorial de Contabilidade.

Nota 7 • Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2023, o Órgão 37000 – Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou um saldo de R\$ 383.629 na conta Fornecedores e Contas a Pagar de obrigações no curto prazo, o que representa um acréscimo de 95%, em relação ao exercício anterior, conforme a tabela seguinte.

TABELA 9 • FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG

R\$

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG - CURTO PRAZO			
UNIDADE GESTORA	DEZ/23	DEZ/22	AH
370002 - COGEP	566	1.360	-58%
370003 – CGLCD	323.191	195.716	65%
370004 - CGCOF	59.873	0	
TOTAL	383.629	197.076	95%

Fonte: SIAFI

A movimentação foi maior na UG 370003, por ser a responsável pela execução financeira do Órgão.

A seguir, apresentamos a relação dos credores de curto prazo da UG 370003 referente ao exercício de 2023.

TABELA 10 • RELAÇÃO DE CREDORES (UG 370003)

RELAÇÃO DE CREDORES (UG 370003)		
FORNECEDOR	DEZ/23	AV
T & S ENGENHARIA TELEMÁTICA E SISTEMAS LTDA	146.445	45%
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT	142.728	44%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	17.875	6%
BARCELO EVENTOS LTDA	15.798	5%
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	345	0%
TOTAL	323.191	100%

Fonte: SIAFI

TABELA 11 • RESULTADO ACUMULADO

R\$

RESULTADOS ACUMULADOS		RESULTADOS ACUMULADOS	
	DEZ/23	DEZ/22	AH
Resultado do Exercício	-746.043.421	1.314.421.413	-157%
Resultados Exerc. Anteriores	9.376.051.064	8.061.711.257	16%
Ajustes Exercícios Anteriores	50.010.310	-81.605	-61383%
TOTAL	8.680.017.953	9.376.051.064	-7%

Fonte: SIAFI

A rubrica Resultado Acumulado no seu total sofreu pouca variação, em comparação com o exercício de 2022. Porém, houve um incremento de 16% na rubrica “Resultados Exercícios Anteriores”, devido à reclassificação automática de saldos efetuada pela Contabilidade da STN na abertura do exercício. Já para a rubrica “Ajustes Exercícios Anteriores”, a variação percentual de 61383% deve-se à reversão de VPD de remuneração com apropriação de adiantamento de férias, realizada na UG 370002, conforme solicitação da Setorial de Contabilidade.

Destaca-se que o valor acumulado na rubrica de “Resultados Acumulados” se refere, principalmente, ao reconhecimento no ativo da CGU dos valores decorrentes de acordos de leniência.

Abaixo, na tabela 12, segue o detalhamento das contas referentes aos Acordos de Leniência:

TABELA 12 • CONTAS CONTÁBEIS REFERENTES AO ACORDOS DE LENIÊNCIA (LEI N° 12.846, DE 01/08/2013)

R\$

CONTAS CONTÁBEIS REFERENTES AO ACORDOS DE LENIÊNCIA 8/2013)	
CONTAS CONTÁBEIS	VALOR
11341.01.02 - Cred. a Rec. por Dano ao Patrimônio (curto prazo)	305.475.247
11381.07.00 - Cred. a Rec. Decor. de Infração Legal e Contratuais (curto prazo)	369.416.659
12121.04.02 - Cred. a Rec. Decorrentes Dano ao Patrimônio (longo prazo)	4.754.070.525
12121.98.21 - Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações - LG PZ (longo prazo)	3.059.219.188
TOTAL	8.488.181.618

Fonte: SIAFI

Nota 9 • Atos Potenciais Ativos e Passivos

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, tem-se a distribuição dos saldos dos atos potenciais ativos por UG, referentes a dezembro/2023 e a dezembro/2022, tendo sua maior concentração na UG 370003, unidade responsável pela execução orçamentária e financeira do órgão.

TABELA 13 • ATOS POTENCIAIS ATIVOS

R\$

ATOS POTENCIAIS ATIVOS POR UG EXECUTORA				
UG EXECUTORA	DEZ/23	DEZ/22	AH	AV
370001 - DIRETORIA DE GESTAO CORPORATIVA (CGU)	1.356.810	4.434.575	-69,40%	3,79%
370003- COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO	34.087.129	31.465.209	8,33%	95,25%
370004 - COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE	105.293	105.293	0%	0,29%
370009 - CGU/REGIONAL/AC	235.495	235.495	0%	0,66%
370016 - CGU/REGIONAL/GO	2.513	2.513	0%	0,01%
TOTAL DE ATOS POTENCIAIS ATIVOS	35.787.240	36.243.084	-1,26%	100,0%

Fonte: SIAFI

O valor mais expressivo foi observado na UG 370003, a qual responde por 95,25% do total dos Atos de Potenciais Ativos, representando as Garantias e Contragarantias recebidas durante o exercício de 2023, tais como Seguros-Garantia a Executar, Apólices de Seguros a Executar e Caução a Executar.

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, têm-se os saldos dos atos potenciais passivos por UG, referentes a dezembro/2023 e a dezembro/2022. Verifica-se que a maior parte, 97,30% das garantias, estão concentradas também na UG 370003. Essa rubrica trata do registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração participa como contratante, ou de convênios firmados com outras entidades.

TABELA 14 • ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

R\$

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS POR UG EXECUTORA				
UG EXECUTORA	DEZ/23	DEZ/22	AH	AV
370001 - DIRETORIA DE GESTAO CORPORATIVA (CGU)	2.064.848	4.390.839	-52,97%	0,89%
370002 - COORDENCAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	76.723	75.092	2,17%	0,03%
370003 - COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO	226.919.101	181.968.707	24,70%	97,30%
370004 - COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE	4.160.521	1.683.590	147,12%	1,78%
TOTAL DE ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	233.221.192	188.118.228	23,98%	100,0%

Fonte: SIAFI

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário da CGU demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Destaca-se que a consulta desse demonstrativo, diferentemente do que ocorre com os demais, não é realizada por Órgão, mas sim por Unidade Orçamentária, 37101. Isso se deve à necessidade de verificar as informações das unidades regionais da CGU, cuja execução orçamentária e financeira é realizada pelas Superintendências e Gerências Regionais de Administração do Ministério de Gestão e Inovação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO • QUADRO PRINCIPAL (DEZEMBRO/2023)

RECEITA

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DEFICIT				1.379.962.547	1.379.962.547
TOTAL		-	-	1.379.962.547	1.379.962.547

DESPESA

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	10	1.264.869.075	1.360.264.843	1.359.983.115	1.295.638.110	1.197.203.277	281.728
Pessoal e Encargos Sociais		1.122.515.477	1.206.887.263	1.206.887.263	1.176.124.239	1.080.438.938	-
Outras Despesas Correntes		142.353.598	153.377.580	153.095.852	119.513.871	116.764.339	281.728
DESPESAS DE CAPITAL	10	27.322.987	21.237.869	19.979.432	408.025	260.987	1.258.437
Investimentos		27.322.987	21.237.869	19.979.432	408.025	260.987	1.258.437
TOTAL		1.292.192.062	1.381.502.712	1.379.962.547	1.296.046.135	1.197.464.264	1.540.165

Fonte: SIAFI

ANEXO 1 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		6.493.777	38.893.410	13.358.224	13.356.919	29.657.636	2.372.633
Pessoal e Encargos Sociais		2.930.062	18.703.626	2.261.363	2.261.363	19.372.325	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		3.563.714	20.189.785	11.096.861	11.095.556	10.285.310	2.372.633
DESPESAS DE CAPITAL		1.045.196	12.531.598	12.991.993	12.991.993	212.828	371.974
Investimentos		1.045.196	12.531.598	12.991.993	12.991.993	212.828	371.974
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	7.538.973	51.425.009	26.350.217	26.348.912	29.870.463	2.744.606

Fonte: SIAFI

ANEXO 2 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		49.017	75.631.405	75.541.284	60.964	78.174
Pessoal e Encargos Sociais			72.988.572	72.974.032	14.541	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		49.017	2.642.833	2.567.252	46.424	78.174
DESPESAS DE CAPITAL		-	1.118	1.118	-	-
Investimentos			1.118	1.118	-	
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	11	49.017	75.632.523	75.542.402	60.964	78.174

Fonte: SIAFI

A execução orçamentária da CGU, normalmente, ocorre especificamente em relação às despesas públicas, tendo em vista que este Ministério não gera recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Portanto, a previsão e a arrecadação da receita são efetuadas no âmbito do Ministério da Fazenda, sendo os recursos descentralizados à CGU por meio de Transferência Financeira (cotas) pela STN.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 10 • Dotação e Execução Orçamentária da Despesa (Corrente e de Capital)

Para o exercício de 2023, a CGU contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.381.502.712.

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada e não cancelada como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se na tabela 15 a seguir que, no 4º trimestre de 2023, foram executados (empenhados) 99,9% do orçamento atualizado, restando um saldo orçamentário de R\$ 1.540.165.

TABELA 15 • EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (DESPESA EMPENHADA POR GRUPO DE DESPESA)

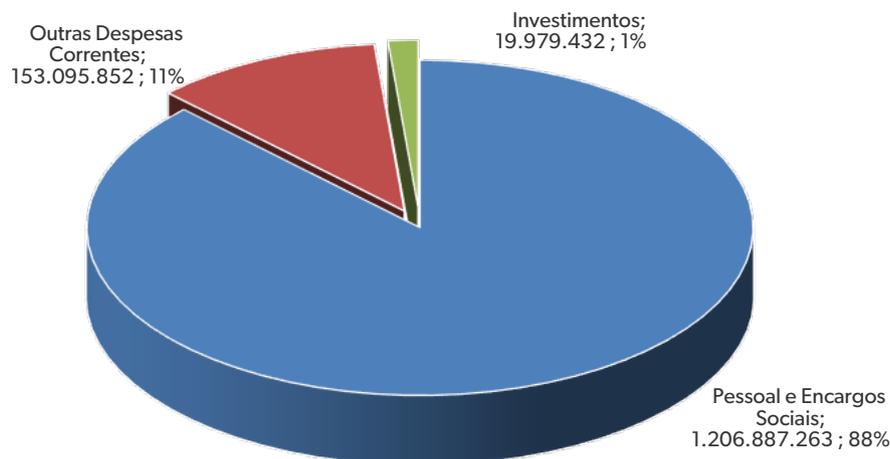
	R\$			
	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUTADO	SALDO DA DOTAÇÃO
Pessoal e Encargos Sociais	1.206.887.263	1.206.887.263	100,0%	-
Outras Despesas Correntes	153.377.580	153.095.852	99,8%	281.728
Investimentos	21.237.869	19.979.432	94,07%	1.258.437
TOTAL	1.381.502.712	1.379.962.547	99,9%	1.540.165

Fonte: SIAFI

Em relação ao montante empenhado de R\$ 1.379.962.547, o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” correspondeu a 88% da execução da despesa no exercício, conforme demonstra o Gráfico 3 a seguir.

**GRÁFICO 3 • ORÇAMENTO EXECUTADO (EMPENHADO NO EXERCÍCIO)
POR GRUPO DE DESPESA - R\$**

Fonte: SIAFI



(a) Outras Despesas Correntes

Da análise vertical (AV) da Tabela 15, verifica-se que os gastos se concentraram nos 11 (onze) primeiros elementos de despesa, representando 99,1% do total, com destaque para “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -PJ” com 32,5% do total de gastos no exercício.

TABELA 16 • OUTRAS DESPESAS CORRENTES

R\$				
SEQ.	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	AV(%)	FREQ. ACUM. (%)
1	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	49.711.391,57	32,5%	32,5%
2	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	34.730.202,80	22,7%	55,2%
3	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	27.272.511,79	17,8%	73,0%
4	AUXÍLIO-ALIMENTACAO	15.828.851,19	10,3%	83,3%
5	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.043.726,86	6,6%	89,9%
6	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.000.673,08	3,9%	93,8%
7	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.369.683,73	2,2%	96,0%
8	MATERIAL DE CONSUMO	1.328.178,80	0,9%	96,9%
9	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.232.033,29	0,8%	97,7%
10	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.137.844,76	0,7%	98,4%
11	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.077.100,00	0,7%	99,1%
12	100%
TOTAL		153.095.852	100%	

Fonte: SIAFI

(b) Despesas de Capital

A execução com despesas de capital, no 4º trimestre de 2023, ficou a cargo do grupo “Investimentos” no total de R\$ 19.979.432, o que correspondeu a 94,07% do total da dotação atualizada para o orçamento desse grupo de despesa.

A tabela 17, a seguir, demonstra que 80% dos gastos com investimentos, no 4º trimestre de 2023, concentraram-se nas rubricas “Desenvolvimento de Software” e “Obras em Andamento”. O montante de R\$ 10.241.286 (desenvolvimento de software) foi destinado a custear despesas com soluções de tecnologia da informação e comunicação e prestação de serviços de projeto e de manutenção de software e painéis corporativos. Já o montante de R\$ 5.741.849 (obras em andamento) foi destinado a custear despesas com serviços de reforma, reparos e adaptações das instalações físicas da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro e do Estado de Alagoas.

TABELA 17 • INVESTIMENTOS

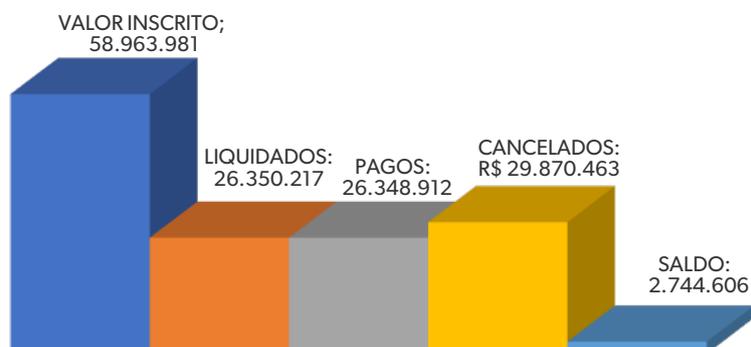
R\$

SEQ.	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	AV(%)	FREQ. ACUM. (%)
1	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	10.241.286,40	51,3%	51,3%
2	OBRAS EM ANDAMENTO	5.741.562,78	28,7%	80,0%
3	MOBILIARIO EM GERAL	1.580.664,02	7,9%	87,9%
4	INSTALACOES	1.512.612,34	7,6%	95,5%
5	EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	462.496,00	2,3%	97,8%
6	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	192.561,73	1,0%	98,8%
7	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	177.121,62	0,9%	99,6%
8	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	35.795,39	0,2%	99,8%
9	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	13.446,22	0,1%	99,9%
10	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.001,28	0,0%	99,9%
11	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	5.900,00	0,0%	100,0%
12	100,0%
TOTAL		19.979.432	100%	

Fonte: SIAFI

Nota 11 • Execução de Restos a Pagar (Processados e Não Processados)**(a) Execução de Restos a Pagar Não Processados**

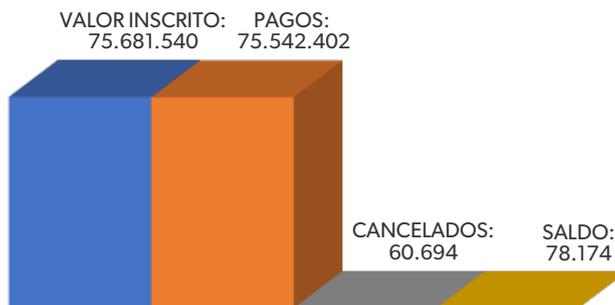
No gráfico seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), executados no 4º trimestre de 2023.

GRÁFICO 4 • EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP) EM 2023 - R\$

Fonte: SIAFI

Verifica-se que foram liquidados R\$ 26.350.217 de RPNP, correspondendo a 45% de um montante inscrito de R\$ 58.963.981, sendo pagos R\$ 26.348.912 e cancelados R\$ 29.870.463. Com isso, permanece um saldo de R\$ 2.744.606 de RPNP inscritos em exercícios anteriores a 2023.

GRÁFICO 5 • EXECUÇÃO DE RPP E RPNP LIQUIDADADO EM 2023 - R\$



Fonte: SIAFI

Verifica-se que foram pagos R\$ 75.542.402 de RPP e RPNP Liquidado, correspondendo a 99,8% de um montante inscrito de R\$ 75.681.540. Com isso, permaneceu um saldo de R\$ 78.174 de RPP e RPNP Liquidados inscritos em exercícios anteriores.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da CGU evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 4º TRIMESTRE 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	DEZ-23	DEZ-22
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			6.295.560
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços			6.295.560
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			27.037.694
Juros e Encargos de Mora			27.037.694
Transferências e Delegações Recebidas	12	1.287.373.115	1.154.503.949
Transferências Intragovernamentais		1.271.857.013	1.147.435.074
Outras Transferências e Delegações Recebidas		15.516.102	7.068.875
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13	342.129	4.012.485
Reavaliação de Ativos			3.235.996
Ganhos com Incorporação de Ativos		296.999	769.688
Ganhos com Desincorporação de Passivos		45.129	6.801
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	14	128.712.342	1.851.263.102
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		128.712.342	1.851.263.102
TOTAL DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		1.416.427.586	3.043.112.790

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	DEZ-23	DEZ-22
Pessoal e Encargos	15	918.984.066	877.892.926
Remuneração a Pessoal		743.823.706	713.896.443
Encargos Patronais		140.953.944	136.213.836
Benefícios a Pessoal		18.147.933	13.232.691
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		16.058.482	14.549.956
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15	281.443.474	259.451.774
Aposentadorias e Reformas		252.471.863	232.745.272
Pensões		23.334.791	21.130.953
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		5.636.821	5.575.550
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		88.355.951	80.983.646
Uso de Material de Consumo		268.853	355.765
Serviços		80.675.294	73.031.297
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.411.804	7.596.584
Transferências e Delegações Concedidas	17	859.945.972	505.074.459
Transferências Intragovernamentais		855.849.477	504.512.459
Transferências Intergovernamentais		3.718.752	260.000
Transferências a Instituições Privadas		15.000	15.000
Transferências ao Exterior		290.164	287.000
Outras Transferências e Delegações Concedidas		72.579	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18	11.761.582	4.289.801
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		491.201	1.661.238
Perdas Involuntárias		679.842	1.240.342
Incorporação de Passivos		1.215.530	1.388.202
Desincorporação de Ativos		9.375.009	18
Tributárias		78.900	71.038
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.718	6.400
Contribuições		73.183	64.638
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.901.062	927.734
Premiações		124.220	53.502
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.776.842	874.232
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		2.162.471.007	1.728.691.378
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		-746.043.421	1.314.421.413

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 12 • VPA – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Na tabela seguinte, estão discriminados os itens da rubrica Transferências e Delegações Recebidas pela CGU.

TABELA 18 • TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

			R\$
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	DEZ-23	DEZ-22	AV
Transferências Intragovernamentais	1.271.857.013	1.147.435.074	98,79%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	15.516.102	7.068.875	1,21%
TOTAL	1.287.373.115	1.154.503.949	100%

Fonte: SIAFI

Neste grupo, a rubrica de maior destaque, com quase 100%, foi a de Transferências Intragovernamentais, que corresponde aos valores financeiros efetivamente repassados (cota), pela unidade central de programação financeira da STN, para custear a execução financeira da CGU.

Nota 13 • VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

TABELA 19 • VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

			R\$
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	DEZ/23	DEZ/22	AV(%)
Reavaliação de Ativos		3.235.996	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	296.999	769.688	87%
Ganhos com desincorporação de passivos	45.129	6.801	13%
TOTAL	342.129	4.012.485	100%

Fonte: SIAFI

Conforme tabela anterior, constatou-se, no 4º trimestre de 2023, que a maior parte da valorização está concentrada na rubrica de “Ganhos com incorporação de Ativos”, a qual representa 87% do total da Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. O saldo da rubrica em dezembro de 2023, na ordem de R\$ 296.999, foi gerado pela entrada de material permanente e de bens móveis nas Regionais da CGU nos estados do Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro e Tocantins.

Nota 14 • VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas, não incluídas nos grupos anteriores. A tabela seguinte discrimina os elementos do item “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”.

TABELA 20 • OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

R\$

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
	DEZ-23	DEZ-22	AH	AV
Multas administrativas	127.022.452	1.078.505.628	-88%	99%
Indenizações		477.956.199		
Restituições	1.689.335	294.675.476	-99%	1%
VPA decorrente de fatores geradores diversos	555	125.800	-100%	0%
TOTAL	128.712.342	1.851.263.102	-93%	100%

Fonte: Siafi

Da tabela anterior, tem-se que a rubrica mais expressiva é a que trata das “Multas Administrativas”, a qual corresponde a 99% do total do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”. Trata-se de multas e juros previstos em contratos administrativos.

Nota 15 • VPD – Pessoal e Encargos (ativos e inativos)

TABELA 21 • PESSOAL E ENCARGOS (ATIVOS)

R\$

PESSOAL E ENCARGOS (ATIVO)	DEZ-23	DEZ-22	AH	AV
Remuneração a Pessoal	743.823.706,43	713.896.442,77	4,2%	80,94%
Encargos Patronais	140.953.943,77	136.213.836,16	3,5%	15,34%
Benefícios a Pessoal	18.147.933,18	13.232.690,82	37,1%	1,97%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	16.058.482,30	14.549.956,25	10,4%	1,75%
TOTAL	918.984.066	877.892.926	4,7%	100%

Fonte: SIAFI

Da tabela anterior, verifica-se que, no geral, houve um aumento de 4,7% na folha de pessoal ativo da CGU, explicado em boa parte pelo reajuste linear de 9% para todos os servidores federais civis, conforme Medida Provisória 1170/23 e do reajuste na rubrica de auxílio alimentação efetivado pela MP 1.170/2023.

TABELA 22 • BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS (INATIVOS)

R\$

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS (INATIVOS)	DEZ-23	DEZ-22	AH	AV
Aposentadorias e Reformas	252.471.863	232.745.272	8,5%	90%
Pensões	23.334.791	21.130.953	10%	8,3%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.636.821	5.575.550	1%	2,0%
TOTAL	281.443.474	259.451.774	8,5%	100%

Fonte: SIAFI

Da tabela anterior, verificou-se um aumento nos gastos com inativos na ordem de 8,5%.

Nota 16 • VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

TABELA 23 • DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
	DEZ/23	DEZ/22	AH
Reavaliação de Bens Imóveis	491.201	1.661.238	-70%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	679.842	1.240.342	-45%
Incorporação de Passivos	1.215.530	1.388.202	-12%
Desincorporação de Ativos	9.375.009	18	50895717%
TOTAL	11.761.582	4.289.801	174%

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela anterior, constatou-se uma variação mais expressiva na rubrica “Desincorporação de Ativos”, que apresentou um saldo de R\$ 9.375.009 em dezembro de 2023. Esse saldo é composto por valores relacionados à baixa do registro de terrenos/glebas, com registro em duplicidade, referente à obra da sede da regional da CGU no Rio Grande do Norte, e o registro de baixa de adiantamento de salários concedidos nos meses de novembro e dezembro de 2022, descontados no exercício de 2023.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) da CGU evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO • 4º TRIMESTRE 2023

R\$

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
	NE	2023	2022		NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias		0	6.295.560	Despesas Orçamentárias		1.350.345.639	1.200.148.828
Ordinárias				Ordinárias		1.095.786.120	941.466.606
Vinculadas			6.295.560	Vinculadas		254.559.520	258.682.223
Previdência Social (RPPS)				Seguridade Social (Exceto Previdência)		254.559.325	253.762.531
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			6.295.560	Previdência Social (RPPS)			
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Dívida Pública			
				Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		195	
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			4.919.692
Transferências Financeiras Recebidas		1.315.059.369	1.194.695.311	Transferências Financeiras Concedidas		898.737.842	551.772.595
Resultantes da Execução Orçamentária		1.301.939.009	1.168.745.511	Resultantes da Execução Orçamentária		30.081.996	21.310.437
Cota Recebida		1.300.222.885	1.168.729.550	Repasse Concedido		30.081.996	21.261.040
Repasse Devolvido		1.716.124	15.962				
Independentes da Execução Orçamentária		13.120.360	25.949.799	Cota Devolvida			49.398
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		13.120.360	25.872.846	Independentes da Execução Orçamentária		868.655.846	530.462.158
Demais Transferências Recebidas			76.953	Demais Transferências Concedidas		1.534.436	
Aporte ao RPPS				Movimento de Saldos Patrimoniais		867.121.410	530.462.158
Aporte ao RGPS				Aporte ao RPPS			
				Aporte ao RGPS			

(cont.)

Recebimentos Extraorçamentários		1.039.652.965	653.282.346	Pagamentos Extraorçamentários		98.849.125	94.028.214
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		98.235.186	75.265.086	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17	75.204.122	68.803.471
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		71.967.698	45.305.543	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18	21.664.378	23.526.120
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		886.439	1.162.751	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.130.221	1.125.965
Outros Recebimentos Extraorçamentários		868.563.642	531.548.965	Outros Pagamentos Extraorçamentários		850.404	572.658
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			8.589	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		5.614	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.413		Demais Pagamentos		844.791	572.658
Arrecadação de Outra Unidade		868.561.229	531.540.376				
Saldo do Exercício Anterior		77.335.420	69.011.841	Saldo para o Exercício Seguinte	19	84.115.148	77.335.420
Caixa e Equivalentes de Caixa		77.335.420	69.011.841	Caixa e Equivalentes de Caixa		84.115.148	77.335.420
TOTAL		2.432.047.754	1.923.285.058	TOTAL		2.432.047.754	1.923.285.058

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

Notas 17 e 18 • Restos a Pagar (inscritos e pagos)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da Nota Explicativa nº 11.

Nota 19 • Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 84.115.148, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o BF do exercício seguinte.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – 4º TRIMESTRE 2023

R\$

	NE	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.945.559	24.685.375
INGRESSOS		1.285.771.609	1.181.921.402
Receita de Serviços			6.295.560
Outros Ingressos Operacionais		1.285.771.609	1.175.625.842
Ingressos Extraorçamentários		886.439	1.162.751
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.413	
Transferências Financeiras Recebidas		416.321.528	642.922.715
Arrecadação de Outra Unidade		868.561.229	531.540.376
DESEMBOLSOS		-1.268.826.050	-1.157.236.027
Pessoal e Demais Despesas		-1.139.714.097	-1.031.743.035
Legislativo		-4.506	
Essencial à Justiça			-5.373
Administração		-869.503.409	-776.943.717
Previdência Social		-269.720.719	-253.467.551
Saúde			
Educação		-364.750	-1324983,15
Cultura		-2.400	
Energia		-2.400	
Transporte			-10.000
Encargos Especiais		-110.299	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-5.614	8.589
Transferências Concedidas		-127.136.941	-123.794.369
Intragovernamentais		-123.113.025	-123.232.369
Outras Transferências Concedidas		-4.023.916	-562.000
Outros Desembolsos Operacionais		-1.975.012	-1.698.622
Dispêndios Extraorçamentários		-1.130.221	-1.125.965
Transferências Financeiras Concedidas			
Demais Pagamentos		-844.791	-572.658
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-10.165.831	-16.361.797
INGRESSOS		0	0
DESEMBOLSOS		-10.165.831	-16.361.797
Aquisição de Ativo Não Circulante		-7.922.116	-13.363.218
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.243.714	-2.998.579
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0	0
INGRESSOS		0	0
DESEMBOLSOS		0	0
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20	6.779.728	8.323.578
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		77.335.420	69.011.841
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		84.115.148	77.335.420

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Nota 20 • Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa equivale ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, correspondendo ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

No 4º trimestre de 2023, o valor do fluxo de caixa líquido da CGU correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R\$ 6.779.728. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial”, do exercício anterior, revelou um montante de R\$ 84.115.148. Tal valor está conciliado com o BP e o BF, tendo em vista ser o mesmo montante registrado nas rubricas “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e “Resultado Financeiro do Exercício”, apurado no Balanço Financeiro (BF).

NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis da CGU foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a gestão do patrimônio público e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2023.

Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio da CGU, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão.

Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que o órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. A CGU, atenta às práticas contábeis, observa o que estabelece a Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, que define, dentre outras, as premissas a serem adotadas no grupo do Imobilizado.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU) obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Mecanismos utilizados para controle e garantia da confiabilidade contábil

A conformidade dos registros e das demonstrações contábeis, realizada pela Setorial de Contabilidade – SECON da CGU, é o principal mecanismo de controle dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização. Este processo visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela a seguir.

UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

UNIDADES CENTRAIS		
370001	Diretoria de Gestão Corporativa	DGC
370002	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	COGEP
370003	Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação	CGLCD
370004	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	CGCOF
370006	Setorial Contábil	SECON
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS NOS ESTADOS		
370009	Controladoria Regional da União no Estado do Acre	CGU-R/AC
370010	Controladoria Regional da União no Estado do Alagoas	CGU-R/AL
370011	Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas	CGU-R/AM
370012	Controladoria Regional da União no Estado do Amapá	CGU-R/AP
370013	Controladoria Regional da União no Estado do Bahia	CGU-R/BA
370014	Controladoria Regional da União no Estado do Ceará	CGU-R/CE
370015	Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo	CGU-R/ES
370016	Controladoria Regional da União no Estado do Goiás	CGU-R/GO
370017	Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão	CGU-R/MA
370018	Controladoria Regional da União no Estado do Minas Gerais	CGU-R/MG
370019	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul	CGU-R/MS
370020	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso	CGU-R/MT
370021	Controladoria Regional da União no Estado do Pará	CGU-R/PA
370022	Controladoria Regional da União no Estado do Paraíba	CGU-R/PB
370023	Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco	CGU-R/PE
370024	Controladoria Regional da União no Estado do Piauí	CGU-R/PI
370025	Controladoria Regional da União no Estado do Paraná	CGU-R/PR
370026	Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro	CGU-R/RJ
370027	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	CGU-R/RN
370028	Controladoria Regional da União no Estado do Rondônia	CGU-R/RO
370029	Controladoria Regional da União no Estado do Roraima	CGU-R/RR
370030	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul	CGU-R/RS
370031	Controladoria Regional da União no Estado do Santa Catarina	CGU-R/SC
370032	Controladoria Regional da União no Estado do Sergipe	CGU-R/SE
370033	Controladoria Regional da União no Estado do São Paulo	CGU-R/SP
370034	Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins	CGU-R/TO
370119	Secretaria de Combate à Corrupção	SCC
370120	Diretoria de Operações Especiais	SCC/DOP
370139	Coordenação-Geral Auditoria das Áreas de Pat. E Desburocratização	CGPAT/DG/SFC

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

